



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputado Federal Miguel Angelo – PT/MG

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº 001 DE 2023

(Do Sr. Miguel Ângelo)

Requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF em Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG e a Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG, pedido de providências para a efetiva garantia do direito à Assessoria Técnica Independente (ATI), das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, na bacia do Rio Paraopeba.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, VI e 32, VIII, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, seja encaminhado ao Ministério Público Federal - MPF de Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais - MPMG e a Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG, pedido de providências para a efetiva garantia do direito à Assessoria Técnica Independente (ATI), das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, na bacia do Rio Paraopeba/MG. Pede-se providências, especialmente, para a garantia de execução dos planos de trabalho das Instituições AEDAS, Guaicuy e NACAB, previamente aprovado pelas referidas instituições de justiça.

JUSTIFICAÇÃO

Importante lembrar que o dia 25 de março deste ano, marcou os quatro anos do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputado Federal Miguel Angelo – PT/MG

Brumadinho/MG, ocorrido em 2019. Um dos maiores rompimentos do país, causou a morte de 272 pessoas, além de devastar a bacia do Rio Paraopeba.

Até hoje, os/as atingidos/as, comunidades e movimentos sociais, que atuam na defesa dos direitos humanos, lutam para que as empresas sejam devidamente responsabilizadas e que seja garantida a reparação integral dos danos, recuperação dos municípios atingidos, direito a assessoria técnica independente, dentre outros.

Em meio a tal problemática, foi anunciado pelo Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública Estadual a redução dos valores nos orçamentos das ATI's para 2023, inviabilizando a atuação das mesmas e violando os direitos das pessoas atingidas, reconhecidos pela Lei nº 23.795/2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens - Peab - e dá outras providências. O Direito à ATI tem se consolidado como o principal meio de as pessoas atingidas acessarem informações e lutarem pela reparação justa e integral dos danos sofridos.

Ademais, as Assessorias Técnicas Independentes são constituídas por entidades escolhidas pelas próprias comunidades atingidas, com objetivo de propiciar a participação ativa, efetiva e informada nos processos de reparação, permitindo o estabelecimento de condições equiparadas nas negociações entre os/as atingidos/as e as empresas mineradoras.

Desse modo, contribuem com um duplo papel extremamente relevante, fornecer informações para as comunidades e apresentar contribuições às Instituições de Justiça (IJs) com informações para instruir o processo.

Consideramos assim, que a redução dos recursos neste momento, prejudicará gravemente a atuação das ATI's, comprometendo o processo de reparação integral aos atingidos/as, bem como violando o próprio direito à assessoria técnica.

Isso posto, e considerando a grande relevância do tema, requeiro seja encaminhado o presente pedido as instituições de justiça acima.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputado Federal Miguel Angelo – PT/MG

Sala das Comissões, 22 de março de 2023.

Deputado Miguel Ângelo
PT MG

Apresentação: 27/03/2023 11:46:39.703 - CDHM

REQ n.25/2023



CD231450280500

exEdit